# Questões ANPEC relativas ao tópico 1: “A Economia Brasileira de fins do século XIX até a crise de 1929”

No que diz respeito à economia brasileira no final do século XIX e início do século XX, alguns aspectos em particular devem ser considerados relevantes:

1. Conjuntura econômica pré-proclamação da República: câmbio e café.
2. Política econômica de Rui Barbosa: política monetária adotada e resultados observados.
3. Política econômica de Joaquim Murtinho: políticas adotadas e principalmente, o *funding loan* de 1898.
4. A política de defesa do café.
5. A industrialização anterior a 1930.

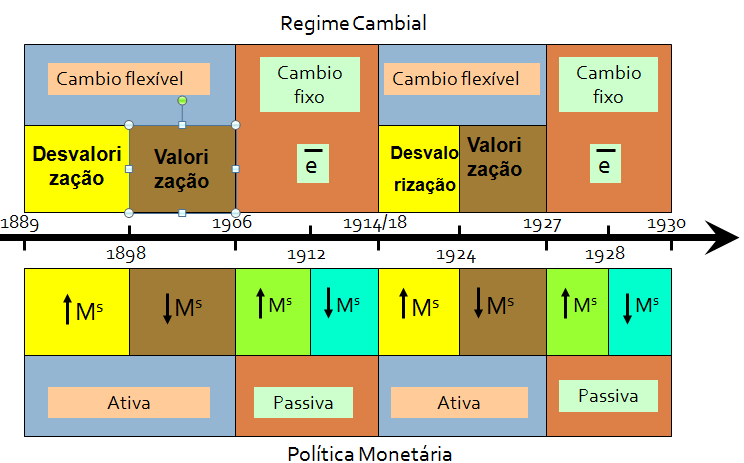
O período anterior ao início do governo republicano é caracterizado por uma política metalista, buscando a valorização cambial e pelo objetivo de (re)inserir a economia brasileira no padrão ouro; este fora estabelecido por decreto no início do Império mas em função de sucessivas crises afastou-se deste padrão.

Entretanto, dada a pressão da demanda por meio circulante, associada ao fim do trabalho escravo e o crescimento do trabalho livre (assalariado) no país, mudanças são introduzidas ainda no último gabinete do governo imperial (Ouro Preto) e posteriormente, em janeiro de 1890, já na República, é adotada uma importante reforma monetária por Rui Barbosa de cunho papelista. Tal reforma permitiu a expansão da emissão, realizada de forma descontrolada; em seguida também se observam desvalorização cambial, pressões inflacionárias e a especulação nas Bolsas de Valores do país.

No final da década temos o contraponto deste período com a crise e recomposição da dívida (*funding loan*) com a ascensão de Campos Sales na presidência e de Joaquim Murtinho na Fazenda, e a adoção de uma política monetária contracionista: a consequência desta foi um período recessivo para a economia brasileira.

No que diz respeito às políticas de defesa do café, é importante saber em quais anos foram praticadas tais intervenções, bem como o instrumento utilizado para a compra (emissão monetária ou empréstimos de recursos estrangeiros) e estocagem (no Brasil ou no exterior) do produto em cada uma delas. É importante considerar a característica do produto no mercado internacional da época: o café apresentava uma demanda com baixa elasticidade-preço, ou seja, um preço baixo não era traduzido num aumento da demanda, reduzindo significativamente as receitas obtidas na comercialização do produto em períodos de expansão da oferta. É importante ter em mente também o próprio papel que o produto desempenhava no comportamento da balança comercial brasileira da época: na década de 1830-1840, o produto assumiu a liderança das exportações do país, com mais de 40% do total e em 1840 o Brasil se tornou o maior produtor mundial de café. Na década 1870-1880, o café passou a representar até 56% do valor das exportações e na década de 1920, chegaria a atingir 70% da pauta.

**Resumo da política econômica na Primeira República**

****

**Resumo das políticas de intervenção no mercado do café:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Defesa esporádica | | | Defesa permanente | Intervenção de Vagas |
| 1906  (Convênio de Taubaté) | 1917  (Iª Guerra Mundial) | 1921 | 1924 | (depois da Crise de 29-30) intervenção só a partir de 31 |
|  |  |  | Transferência da responsabilidade do programa de proteção ao estado de São Paulo | Responsabilidade federal, passa a ocorrer não só a estocagem, mas também a queima do café. |
| Baseada em empréstimos externos | Baseada em oferta monetária | Baseada em empréstimos externos | Baseada tanto em recursos externos como em expansão monetária | Fundamentalmente recursos internos, mas há o acesso a um empréstimo externo |
| Café é estocado no exterior | Café é estocado no exterior | Café passa a ser estocado no Brasil | Café é estocado no Brasil | Depois de um tempo quotas para o mercado, para estoque e para queima |

## Questões abertas – Tópico 1

1. **(2012)** Diversos autores utilizam a denominação “modelo agroexportador” para caracterizar a economia brasileira no período da República Velha. Explique em que consiste tal modelo e que razões teriam levado a sua substituição por outro “modelo” a partir da década de 1930.
2. **(1997)** A Economia Brasileira da República velha tem sido caracterizada como uma economia “primário exportadora”. Duas políticas de valorização do café foram implementadas ao longo deste período: uma, no início deste século e a outra, na segunda metade dos anos vinte e princípio dos trinta.

A) Assinale as características da economia brasileira à época que justifiquem caracterizá-la como economia primário-exportadora.

b) Descreva uma das duas políticas de defesa do setor cafeeiro e analise seus efeitos sobre a economia.

1. **(2001)** Explique o que você entende por sistema monetário do padrão-ouro e explicite as dificuldades dos países periféricos para seguir suas regras. Que condições favoreceram o estabelecimento de uma Caixa de Conversão no Brasil no início do século? Que razões determinaram seu fechamento?
2. **(1987/2001)** Você diria que durante a Primeira República a política econômica do governo federal foi invariavelmente conduzida de modo a favorecer os interesses corporativos da cafeicultura? Ilustre sua resposta com referência às políticas cambial e de valorização do café.
3. **(2000)** Descreva a política cambial adotada durante a República Velha e as razões do seu sucesso ou fracasso.
4. **(1995)** Discuta a importância das flutuações da taxa de câmbio sobre a evolução do setor exportador e industrial na economia agroexportadora do Brasil da República Velha.
5. **(2004)** Exponha as linhas gerais da política de defesa do café praticada no primeiro quartel do século XX
6. **(1991)** Uma das intervenções mais importantes do Estado na economia brasileira, na primeira metade deste século, foi a política de valorização do café, adotada a partir do Convênio de Taubaté. Explique o que foi esta política, quais seus elementos centrais, e análise especificamente a relação entre a política de valorização do café e o desempenho da economia na década de 30.
7. **(1999)** Diga se concorda ou não com a afirmativa e justifique a sua posição: “A política de defesa do café, relativamente eficiente no primeiro quartel do século, havia conduzido a economia cafeeira a uma situação extremamente vulnerável por época da eclosão da crise mundial de 1929.
8. **(2008)** Discuta as diferentes interpretações sobre a relação entre exportações cafeeiras, taxa de câmbio e expansão industrial antes de 1930
9. **(2006)** Discorra, em grandes linhas, sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola-exportadora. Em sua resposta, contraste as visões dos historiadores econômicos a respeito do assunto.
10. **(2002)** Discuta, em grandes linhas, a evolução da indústria brasileira nos primeiros 30 anos do século XX. Na sua resposta, tente contrastar as visões dos historiadores econômicos a respeito do assunto.
11. **(2005)** Discuta a relação entre a taxa de câmbio e as variações da capacidade produtiva e do nível de produção no início do processo de industrialização brasileiro.

## Questões Falso x Verdadeiro - Tópico 1

1. **(2010 – 1)** No que concerne ao Modelo Primário-Exportador e a expansão industrial antes de 1930, é correto afirmar:
2. a substituição de importações nos ramos industriais já existentes era mais fácil quando havia depreciação do mil-réis, mas a diversificação dos investimentos para novos ramos industriais era desestimulada.
3. o setor exportador impactava fortemente sobre o conjunto da economia, induzindo a diversificação da capacidade produtiva.
4. o desenvolvimento do setor exportador implicou um processo de urbanização e impulsionou significativamente o desenvolvimento da indústria de bens de capital.
5. o setor agrícola de subsistência, juntamente com a atividade industrial de bens de consumo interno tradicionais, eram peças essenciais da dinâmica do modelo.
6. no Brasil, diferentemente do processo de desenvolvimento ocorrido em alguns países europeus, verificou-se uma nítida divisão social do trabalho entre os setores externo e interno da economia.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: A desvalorização, se por um lado protegia as indústrias existentes dado que os preços dos produtos importados concorrentes se elevam, por outro lado dificultava os investimentos, pois encarecia a importações de bens necessários à sua materialização. Deste modo novos ramos industriais necessitavam, no seu início, que parte dos investimentos fosse feito com importações o que, nos momentos de depreciação do Mil-réis, era mais difícil.
  2. FALSO: A falsidade da afirmação decorre de sua segunda parte. A renda agregada da economia era, de fato, altamente atrelada ao comportamento do setor produtor e exportador de café, mas boa parte da demanda agregada, especialmente de manufaturados, era satisfeita através de importações, e não através de produção interna. Devido à rentabilidade da atividade cafeeira frente às alternativas de investimento, boa parte dos ganhos era reinvestida no próprio setor cafeeiro, inibindo assim a diversificação das atividades econômicas.
  3. FALSO: O problema da afirmativa está na ideia de se ter promovido um impulso significativo na indústria de bens de capital. Nesta fase, mesmo supondo a existência de algum crescimento do setor em questão, não foi tão significativo conforme a afirmação;
  4. FALSO: Embora as atividades dos setores mencionados não fossem desprezíveis, os mesmos estavam longe de ser “peças essenciais da dinâmica do modelo”, como atesta a afirmação. Conforme discutido anteriormente, parte majoritária do comportamento agregado da economia brasileira era ditado pelo ritmo da produção e exportação de café.
  5. FALSO: boa parte das atividades de mercado interno no Brasil, especialmente pós-introdução do trabalho livre, estava inter-relacionada com as atividades exportadoras. Segundo Celso Furtado, na massa de salários pagos nas atividades voltadas para a exportação, estava o núcleo do mercado interno nacional.

1. **(2010 - 2**) Dentre as análises tradicionais a respeito da crise da economia cafeeira e do crescimento industrial do Brasil, destaca-se a de Celso Furtado. Segundo esse autor:
2. havia uma tendência de longo prazo de queda nos preços do café, impulsionada pela disponibilidade de mão-de-obra e terras sub-ocupadas, e também pela maior rentabilidade relativa do produto, que atraía os capitais formados no país.
3. a defesa da cafeicultura através da política de valorização do produto, como no Convênio de Taubaté, era um mecanismo que postergava a solução do problema crônico de superprodução.
4. o mercado cafeeiro era caracterizado por um desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda; esta última não crescia proporcionalmente à elevação da renda disponível para consumo nos países importadores.
5. a Grande Depressão, iniciada em 1929, foi variável fundamental para explicar a opção do novo governo, ao assumir em 1930, de implementar um projeto deliberado com o propósito de industrializar o país.
6. o governo brasileiro, na década de 1930, implementou uma política anticíclica, viabilizada principalmente pela adoção de novos impostos, inclusive sobre o setor cafeeiro, e que se mostrou como verdadeiro programa de sustentação da demanda agregada.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: A afirmação coloca, de forma resumida, algumas das características do país em relação ao mercado de café. De fato, a rentabilidade do setor incentivava novos investimentos no mesmo, estimulando a expansão da cultura.
  2. VERDADEIRO: O Convênio de Taubaté (de 1906) pode ser visto como a primeira tentativa de coordenar as ações dos estados produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), produto que de fato já mostrava sinais de superprodução. Em conformidade com a afirmação, a proposta acabaria por gerar incentivo a novas plantações, desestimulando assim uma solução estrutural para o problema.
  3. VERDADEIRO: De fato, entende-se que existia um descompasso entre a produção e a demanda pelo produto. Pelo lado da oferta, a política de valorização do café incentivava não só a produção brasileira, mas também de outros países. Pelo lado da demanda, o crescimento da renda dos países importadores não gerava um aumento da demanda suficiente para fazer com que o preço do produto se elevasse ou se mantivesse estável a longo prazo, frente ao comportamento da oferta.
  4. FALSO: O equívoco da afirmação se encontra em sua segunda parte, pois o fortalecimento inicial das atividades industriais no país ocorre, em boa parte, como consequência dos reflexos da Grande Depressão e a reação a ela por parte do governo, mas para Furtado não foi uma opção deliberada do governo pela industrialização, pelo menos até o Estado Novo (1937).
  5. FALSO: Se efetivamente houve uma política anticíclica na década de 30, esta se fez com base em gastos fortes com estocagem e queima de café, e mesmo admitindo a existência dos impostos mencionados na afirmativa, não se pode dizer que os gastos tenham sido financiados completamente por tais impostos, tendo, portanto, existido uma parte substancial da política anticíclica sido financiada por outros meios que não os impostos (emissão interna de moeda e endividamento).

1. **(1999 -**1) Segundo Celso Furtado, em Formação Econômica do Brasil, “...*o fato de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX, foi sem lugar à dúvida, o aumento da importância relativa do setor assalariado*”. Esse aumento da importância relativa do setor assalariado:
   1. se deveu exclusivamente à abolição da escravatura;
   2. aumentou a possibilidade de grandes desequilíbrios externos;
   3. provocou sérias crises de liquidez, revelando a inadequação da oferta monetária às novas circunstâncias;
   4. desorganizou a produção cafeeira;
   5. contribuiu favoravelmente para a evolução da indústria brasileira.

Resp:

1. FALSO, não foi apenas a abolição da escravidão que levou ao trabalho assalariado, mesmo por que a abolição ocorre definitivamente em 1888 e o crescimento do trabalho assalariado se deu anteriormente;
2. VERDADEIRO, para Furtado a introdução do trabalho assalariado tende a separa as decisões e as próprias importações das exportações, passa a existir uma espécie de *delay* entre as oscilações nas exportações e as oscilações nas importações configurando a possibilidade de desequilíbrios externos;
3. VERDADEIRO, este fato é mais destacado por Gustavo Franco, mas efetivamente com o trabalho assalariado, a massa de salários para Furtado constituirá o núcleo de dinamismo de um mercado interno, existe o aumento de transações monetizadas e a demanda por moeda, frente a uma oferta relativamente inelástica;
4. FALSO, não houve grandes abalos no processo produtivo e a expansão da produção de café foi praticamente uma constante na segunda metade do século XIX;
5. VERDADEIRO, para Furtado a expansão do mercado interno, que justamente pode ocorrer em função do crescimento do trabalho assalariado, foi condição importante para o desenvolvimento da indústria.
6. **(2013 – 2)** Considere a pertinência das seguintes afirmações sobre a economia brasileira, no período que vai dos fins do século XIX até a crise de 1929:
7. O período do Encilhamento caracterizou-se pela redução do crédito para a indústria.
8. Ao assumir o cargo, no final de 1898, o presidente Campos Sales considerava a indústria interna artificial.
9. A Caixa de Conversão, criada na primeira década do século XX, tinha o poder de emitir notas conversíveis em ouro.
10. Na década posterior à Primeira Guerra Mundial, houve relativa melhoria nas contas externas do país, impulsionada pelas exportações de borracha e pela entrada de capitais externos para investimentos.
11. Durante a década de 1920, houve o abandono do sistema de taxas fixas de câmbio com padrão ouro, o qual foi substituído por taxas flutuantes, que vigorou até o final da década.

Resp:

1. FALSO, o assim chamado período do encilhamento corresponde grosso modo ao período da gestão de Rui Barbosa e seus sucessores no Ministério da Fazenda; Rui Barbosa introduziu em 1890 a chamada Lei Bancaria que provocou uma expansão do meio circulante e do crédito na economia e também para a indústria em particular
2. VERDADEIRO, Campos Sales e seu ministro da fazenda Joaquim Murtinho criticam justamente a expansão da indústria alcançada no período anterior fruto de artificialismo conseguido por meio de gestão temerária na política monetária dos governos anteriores.
3. VERDADEIRO, a introdução da caixa de conversão em 1906 corresponde à introdução do Padrão Ouro no Brasil, com um regime de câmbio fixo e emissões de novos bilhetes de mil-reis feitas pela própria Caixa conversíveis em ouro (ou libras)
4. FALSO, a resposta é falsa dentre outros elementos pelo fato de que as exportações de borracha foram elevadas até aproximadamente 1911-1912 (antes da I Guerra mundial), depois desta data as exportações deste produto sofreram uma queda vertiginosa;
5. FALSO, apesar de em boa parte da década de 20 ter vigorado um regime de câmbio flutuante em 1927 foi instituída a caixa de estabilização que corresponde a reintrodução do padrão ouro no Brasil e portanto de um regime de câmbio fixo.
6. **(2011 - 1)** Sobre a economia brasileira na Primeira República (1889-1930) é correto afirmar:
7. A lei bancária introduzida por Rui Barbosa, como ministro do primeiro governo republicano, determinava que as emissões bancárias fossem lastreadas em títulos da dívida pública e reservas metálicas.
8. Na década de 1920, filiais estrangeiras investiram na produção industrial de insumos como cimento e aço.
9. A produção de borracha, depois da expansão verificada a partir das últimas décadas do século XIX, entrou em declínio ainda na Primeira República devido à concorrência das plantações das Índias Orientais, que foram implantadas com sementes originadas do Brasil.
10. A expansão do café em São Paulo prejudicou os investimentos industriais, que contavam com taxa de lucro inferior à agricultura de exportação.
11. As receitas orçamentárias do Governo Federal dependiam fundamentalmente do imposto sobre exportações, o que contribui para explicar a influência dos exportadores sobre a política econômica.

Resp:

* 1. FALSO: A reforma bancária colocada em prática por Rui Barbosa em 1890 instituiu emissões não conversíveis lastreadas em títulos públicos (ou seja, não inclui as reservas metálicas mencionadas na assertiva) por meio de diferentes bancos emissores, o que permitiu uma significativa expansão da oferta monetária no país.
  2. VERDADEIRO: De fato, ao longo da referida década, houve um significativo desenvolvimento dos setores de cimento, ferro e aço, além de outros setores como o químico e o farmacêutico.
  3. VERDADEIRO: Há um grande crescimento da produção de borracha nos anos situados entre o final do século XIX e início do século XX, produção está concentrada basicamente nos estados do norte do país (Amazonas, Rondônia e Pará, por exemplo). Contudo, os seringais plantados pelos ingleses na Malásia, no Ceilão e na África tropical, com sementes oriundas da própria Amazônia, passaram a produzir látex com maior eficiência e produtividade, até porque boa parte da produção brasileira de borracha era obtida a partir de árvores nativas, e não de plantações cultivadas com este propósito específico. Esta produção entra no mercado um pouco antes da primeira Guerra mundial
  4. FALSO: Não se pode dizer que houve prejuízo. Apesar da teoria dos choques adversos levantar esta hipótese, a literatura atual consagra a ideia de que a expansão do setor industrial em São Paulo veio em decorrência da expansão cafeeira.
  5. FALSO: O orçamento do Governo Federal era fortemente dependente dos impostos sobre as IMPORTAÇÕES, que em muitos anos deste período chegava a representar, sozinho, mais da metade da receita tributária total. Além disso, na República Velha, o imposto sobre exportações era de alçada estadual.

1. **(2009 - 1)** Considerando-se a política econômica da Primeira República (1889-1930), pode-se afirmar que:
2. o orçamento do Governo Federal dependia fundamentalmente do imposto sobre exportações;
3. com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o Governo suspendeu a Caixa de Conversão, depreciou o mil-réis e registrou-se diminuição da capacidade ociosa em ramos da indústria, como o de alimentos;
4. a Lei Bancária, implementada por Rui Barbosa, possibilitou forte contração monetária, pois passou a exigir que as emissões de papel-moeda fossem conversíveis em ouro;
5. nos primeiros anos da República, foi adotada uma política de desvalorização cambial que deu origem a um surto industrial e desestimulou o crescimento da capacidade produtiva das fazendas de café;
6. a criação da Caixa de Conversão, na primeira década do século XX, significou a adoção de taxa de câmbio fixa, com emissões assentadas na conversibilidade em ouro.

Resp:

* 1. FALSA: O orçamento do Governo Federal era fortemente dependente dos impostos sobre as **importações**, que em muitos anos deste período chegava a representar, sozinho, mais da metade da receita tributária total. Além disso, na República Velha, o imposto sobre exportações era de alçada estadual.
  2. VERDADEIRA: Efetivamente a Primeira Guerra implicou a suspensão do câmbio fixo e das emissões lastreada implícitas na Caixa de Conversão, sendo que posteriormente a expansão das emissões implicou a desvalorização do câmbio. A Iª Guerra Mundial funcionou como uma espécie de proteção a indústria nacional, que acabaria por utilizar a capacidade produtiva instalada.
  3. FALSA: Pelo contrário, a reforma bancária implementada por Rui Barbosa em 1890 instituiu emissões não conversíveis lastreadas em títulos públicos por meio de diferentes bancos emissores e permitiu uma significativa expansão da oferta monetária no Brasil, sendo o aumento da inflação, a desvalorização da moeda doméstica e a intensificação de um movimento especulativo na bolsa de valores algumas das consequências de tal política.
  4. FALSA: Pelo contrário, a desvalorização de cambio estimulava novos plantios de café – note que esta assertiva remete indiretamente ao conceito de “socialização das perdas” de Celso Furtado, segundo o qual a desvalorização da moeda doméstica beneficiava os exportadores de café, mas prejudicava o restante da população dado o encarecimento (em moeda doméstica) dos produtos importados.
  5. VERDADEIRA: A Caixa de Conversão significou de fato a adoção do câmbio fixo e suas emissões eram lastreadas em ouro.

1. **(1999 - 3)** A evolução da política cambial brasileira, anterior à crise de 1929, permite as seguintes observações:
   1. no século passado o Governo interferia diretamente no mercado cambial para favorecer o setor cafeeiro, fixando taxas cambiais relativamente desvalorizadas;
   2. a criação da Caixa de Conversão em 1906 teve como um de seus objetivos a manutenção de câmbio estável;
   3. a interferência do Governo no mercado cambial durante a Primeira Guerra, iniciada em outubro de 1917, limitou-se à fiscalização das remessas de valores afim de evitar operações especulativas;
   4. ao final do período da Guerra o monopólio das operações cambiais foi concedido ao Banco do Brasil;
   5. na primeira metade dos anos vinte foi adotada a política de minidesvalorizações cambiais.

Resp:

1. FALSO, apesar de por alguns momentos ter ocorrido desvalorizações cambiais, como no início do governo republicano, existem muitos outros momentos em que o câmbio ou é fixo ou sendo um regime flexível o governo promove uma valorização da taxa
2. VERDADEIRO, a Caixa de conversão corresponde a um sistema de câmbio fixo, evitando assim a continuidade da valorização cambial que vinha ocorrendo nos anos precedentes e que deveria continuar se o regime de câmbio fosse flexível
3. FALSO, durante a Primeira Guerra mundial altera-se o regime de câmbio que passa a ser flexível e, entre outros elementos, há uma nova renegociação da dívida externa suspendendo seu pagamento
4. FALSO, ao final da primeira guerra mundial a principal alteração envolvendo o Banco do Brasil é a institucionalização da Carteira de Redesconte.
5. FALSO, o sistema era de câmbio flexível, as minidesvalorizações só aparecerão no Brasil em 1968.
6. **(2014 - 1)** Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu no Brasil um debate sobre a condução da política econômica. No debate, houve a polarização entre as propostas feitas por dois grupos: metalistas e papelistas. Sobre o debate pode-se afirmar:
   1. a inadimplência argentina, associada à crise do banco Barings em 1890, deslocou capitais externos para o Brasil e apreciou temporariamente a moeda brasileira no mercado de câmbio, o que era objetivo dos metalistas.
   2. os papelistas defendiam que a taxa de câmbio era a principal variável na determinação do nível de renda real em um país exportador de bens agrícolas como o Brasil.
   3. segundo Celso Furtado, os metalistas desconsideravam os ciclos de preços do café e culpavam políticas fiscais e monetárias irresponsáveis pelas crises cambiais e inflacionárias no Brasil.
   4. os papelistas concordavam com os metalistas que o padrão-ouro deveria ser a regra da política cambial, embora considerassem difícil mantê-lo, ao contrário dos metalistas, por causa da inelasticidade-preço das exportações brasileiras.
   5. os papelistas propunham a industrialização do país como caminho para superar o modelo agroexportador e achavam que a emissão monetária sem lastro em ouro era um meio legítimo para levar à industrialização.

Resp:

1. FALSO, a fuga de capitais da economia brasileira no início da última década do século XX levou à uma desvalorização da taxa de cambio segundo os papelistas (para os metalistas a desvalorização cambial foi causada pela política monetária de Rui Barbosa).
2. FALSO, os papelistas defendiam que a taxa de cambio era essencialmente determinada pelo balanço de pagamentos, mais do que pela política monetária
3. VERDADEIRO, os metalistas tinham como ponto chave na explicação da inflação e das desvalorizações cambiais, os excessos de emissão em geral causados por políticas fiscais deficitárias
4. FALSO, mesmo que existam alguns papelistas que acreditem eu o Padrão ouro poderia ser uma política econômica boa (mas isto não define a maioria desta corrente) a dificuldade não está na inelasticidade preço das exportações brasileiras
5. FALSO, nem todo papelistas é um industrialista, apesar de existirem vários que defendem esta posição
6. **(1999 - 2)** Em relação às reformas monetárias implementadas por Ouro Preto e Rui Barbosa pode-se afirmar que:
   1. uma das metas da reforma de Ouro Preto era a adesão da economia monetária brasileira às regras do padrão-ouro;
   2. a elaboração do projeto de reforma monetária de Ouro Preto coincidiu com um período de intensa desvalorização cambial;
   3. a implementação da reforma monetária de Rui Barbosa gerou pressões inflacionárias;
   4. a implementação de reforma monetária de Rui Barbosa favoreceu a intensificação de um movimento especulativo nas Bolsas de Valores;
   5. o sucesso da reforma monetária de Rui Barbosa e seus sucessores imediatos no Ministério da Fazenda se deveu em grande parte aos empréstimos externos obtidos.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: Os anos anteriores à proclamação da República são caracterizados por uma valorização da taxa de câmbio (associadas à elevação do preço do café no mercado internacional e à entrada de capitais internacionais) bem como pelo objetivo de inserir a economia brasileira ao padrão-ouro, o que é concretizado no gabinete Ouro Preto.
  2. FALSO: o problema está na afirmação de que houve uma intensa desvalorização cambial, o que não é o caso, uma vez que houve uma valorização cambial com o intuito de implementar o padrão ouro no Brasil.
  3. VERDADEIRO: Os itens (2) e (3) estão relacionados e estão corretos, uma vez que a expansão monetária ocorrida depois da Reforma Bancária introduzida por Rui Barbosa pressionou a aceleração da inflação.
  4. VERDADEIRO A especulação no mercado acionário brasileiro pode ocorrer, em parte, em função da maior oferta monetária vigente.
  5. FALSO, uma vez que este não é um período onde tenha havido forte ingresso de capitais no Brasil.

1. **(2000 - 1)** Sobre os últimos anos do Império e os primeiros da República Velha, é correta a afirmativa:
   1. O crescimento econômico anterior a 1889 e a abolição da escravatura criaram um excesso de demanda transacional por meio circulante (face à limitada capacidade de emissão do Governo Imperial), gerando pressão pelo aumento da oferta de moeda.
   2. A resposta do Governo Imperial ao excesso de demanda de moeda - e posteriormente a da República − foi conceder capacidade emissora a diversos bancos, com lastro em ouro ou em títulos da dívida da pública.
   3. A emissão de numerário ocorreu de modo controlado, o que permitiu a ocorrência de um período de tranquilidade econômica, calcada na estabilidade monetária, nos primeiros anos da República.
   4. A política monetária do governo republicano estimulou o crescimento econômico, mas também um movimento especulativo e a proliferação de empresas em diversos setores.
   5. A crise cambial e os sucessivos déficits orçamentários verificados a partir de 1891 foram combatidos por uma política monetária restritiva, sem ingerência de casas bancárias internacionais.

Resp:

* 1. VERDADEIRO uma vez que um dos principais objetivos da reforma monetária implementada por Rui Barbosa era expandir o volume de dinheiro em circulação na economia brasileira, dada a expansão da demanda pelo mesmo como função da disseminação do trabalho assalariado e o consequente aumento do número de transações monetárias nesta economia.
  2. VERDADEIRO: efetivamente existiram alterações na política monetária já ao final do Império, onde buscou-se a possibilidade de que diversos bancos pudessem ter o poder de emissão de moeda e em seu lastro figuravam tanto títulos públicos, quanto moeda estrangeira (ouro).
  3. FALSO: o problema está na afirmação de que a emissão de moeda foi realizada de maneira controlada gerando um período de tranquilidade econômica. Esta não é uma afirmação que condiz com a realidade observada no período, pois são observados justamente os fenômenos opostos
  4. VERDADEIRO: pois se por um lado houve maior facilidade creditícia e, portanto, estimulo a atividade produtiva, por outro lado esta facilidade também permitiu uma ampliação dos movimentos especulativos.
  5. FALSO: o erro está na afirmação de que não houve interferência das casas bancárias internacionais. Na realidade, medidas de ajustamento fiscal e monetário foram justamente as condições colocadas ao governo brasileiro para que fossem obtidos os recursos externos (junto aos Rotschild).

1. **(1997 - 2)** A propósito da reforma monetária de Rui Barbosa (lei bancária de 17 de janeiro de 1890) é correto afirmar que:
   1. essa reforma era desnecessária, já que não havia indicação de que o meio circulante fosse insuficiente para atender as necessidades da economia;
   2. na medida em que determinava o lastreamento das emissões por títulos públicos, a reforma significou, na prática, a adoção do sistema monetário do padrão-ouro;
   3. a expansão dos meios de pagamentos, provocada por esta reforma, favoreceu um intenso movimento de especulação no mercado de ações;
   4. essa reforma provocou uma imediata valorização do mil-réis que perdurou por toda a década seguinte;
   5. a reforma definiu regras para o sistema monetário que permaneceram inalteradas até a década de 1930.

Resp

1. FALSO, pois especialmente na última década do império, com o crescimento das transações provocado pela expansão do trabalho assalariado, o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro vive sucessivos momentos de crise de numerário com elevação das taxas de juros
2. FALSO, as moedas emitidas eram inconversíveis e a emissão era lastreada essencialmente em títulos públicos
3. VERDADEIRO, efetivamente houve uma forte expansão creditícia depois da lei, o que junto com outras mudanças nas leis relativas às sociedades anônimas levou também a um movimento especulativo na Bolsa de valores
4. FALSO, o que ocorre, especialmente depois de 1891, é uma desvalorização da moeda nacional – do mil-réis
5. FALSO, a pluralidade emissora, por exemplo, foi rapidamente revertida ainda na primeira década republicana
6. **(1998 - 1)** A Crise monetária-financeira ocorrida entre 1889/91 conhecida por Encilhamento:
   1. Caracterizou-se por uma expansão creditícia sem lastro dirigida, fundamentalmente à indústria paulista;
   2. Caracterizou-se por uma multiplicação de bancos privados emissores
   3. Foi um dos determinantes do Funding Loan de 1898, que impôs severas medidas de saneamento fiscal e monetário à economia brasileira;
   4. Foi estimulado pela reforma bancária de 1990 que tentou, sem sucesso, regionalizar a emissão bancária;
   5. Caracterizou-se por uma alta taxa de juros e uma forte desvalorização cambial que alimentaram a inflação do período.

Resp:

1. FALSO, a emissão decorrente da nova lei bancaria de 1890 é uma emissão feita por diversos bancos emissores, de uma moeda inconversível e lastreada em títulos públicos, seu destino foi em parte o setor industrial mas não exclusivamente o paulista, tendo atingido principalmente o Rio de janeiro e também a lavoura.
2. VERDADEIRO, foram criados ao todo 6 (seis) bancos com o direito de emissão
3. VERDADEIRO, a lei bancaria de 1890 acarretou um excesso de emissões que foram revertidas apenas na gestão Murtinho que efetuou uma alteração significativa da política econômica no âmbito do acordo de renegociação da dívida de 1898, o primeiro funding loan
4. FALSO, a princípio a sentença é falsa pois a lei bancaria é de 1890 e não 1990, a lei de 1890 efetivamente regionalizou a emissão com base em 6 bancos emissores, um no Pará, outro em Porto Alegrem, um terceiro em São Paulo e outros três no Rio de Janeiro, porém alguns anos depois esta multiplicidade emissora foi revertida
5. FALSO, apesar de efetivamente a inflação e a desvalorização terem ocorrido o mesmo não se pode afirmar quanto a alta taxa de juros
6. (**2003 -** 1) Sobre o comportamento da economia brasileira e a política econômica na primeira década republicana (1889-99) é correto afirmar que:

(0) A reforma monetária de Rui Barbosa (do início da década) definiu regras para o sistema monetário que prevaleceram até o início da 1ª Guerra Mundial em 1914;

(1) Ao longo da década, o trabalho assalariado disseminou-se na economia cafeeira;

(2) Ao final da década, a renegociação da dívida pública externa (*funding loan*) impôs a execução de políticas fiscal e monetária contracionistas;

(3) Ao longo da década, ocorreu uma sistemática apreciação cambial em função dos altos preços internacionais do café;

(4) Na interpretação de A. Fishlow, data desta década o início da industrialização por substituição de importações no País.

Resp:

* 1. FALSO uma vez que a reforma monetária realizada por Rui Barbosa não permaneceu inalterada até 1914. Pode-se citar, por exemplo, que logo após o *funding loan* de 1898 são observadas alterações significativas na política econômica, como por exemplo, a política de contração monetária implementada. Por sua vez, em 1906 é implementada a Caixa de Conversão, que na prática, institui o regime de câmbio fixo no país. Estes dois exemplos tornam a afirmação do item (0) incorreta.
  2. VERSDADEIRO, a disseminação do trabalho assalariado é uma das razões da reforma monetária implementada por Rui Barbosa em 1890 e a entrada de imigrantes que assumiram trabalhos assalariados é bastante significativa no período, além de ser a década subsequente à libertação dos escravos.
  3. VERDADEIRO, a renegociação da dívida externa de 1898 – *funding loan* – só foi obtida através do comprometimento do Brasil em implementar uma política fiscal e monetária conservadora. A implementação de tais ajustes são as características que predominam durante a gestão de Joaquim Murtinho no Ministério da Fazenda.
  4. FALSO, uma vez que o período não é caracterizado por uma valorização cambial: pelo contrário, o período posterior à implementação da política monetária expansionista de Rui Barbosa marca um período de significativa desvalorização cambial (embora tal fenômeno não possa ser justificado única e exclusivamente por tal política). Somente a partir de 1898, após a negociação do *funding loan*, é que é observada uma valorização cambial (embora, mais uma vez, tal valorização não possa ser justificada única e exclusivamente pela política contracionista de Joaquim Murtinho).
  5. VERDADEIRO, efetivamente considera-se (Fishlow) como sendo positivo o efeito do barateamento do crédito e da desvalorização cambial do período na industrialização brasileira. Logo, a afirmação é verdadeira.

1. (**2004 -** 1) São características do comportamento da economia brasileira e da política econômica na última década do século XIX:
2. O crescimento do trabalho assalariado, impulsionado pela abolição da escravatura e pela imigração europeia;
3. A estagnação da produção cafeeira em função da queda dos preços internacionais do produto;
4. A política monetária implementada por Rui Barbosa foi extremamente austera, tendo por base emissões bancárias lastreadas no ouro;
5. Com a difusão do trabalho assalariado, cresceu o grau de monetização e a demanda por moeda na economia;
6. No final da década, para atender ao aumento da demanda por moeda, a política econômica de Joaquim Murtinho promoveu a expansão do papel-moeda em circulação.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: como aponta Furtado o fato de maior destaque na segunda metade do XIX é o crescimento do trabalho assalariado e este ocorre em parte devido a imigração e ao fim da escravidão.
  2. FALSO: pois não houve diminuição da produção de café ao longo de toda a década, mesmo por que até meados da década, entre 1886 e 1894, há um significativo aumento dos preços internacionais do café e depois disto, pelo menos até 1898, a desvalorização do câmbio em parte compensa as quedas de renda decorrente de redução dos preços internacionais de café
  3. FALSO: pois afirma que a política implementada por Rui Barbosa foi austera e esta afirmação vai contra o observado no período analisado especialmente no que tange a política monetária, onde se observou uma forte expansão os indicadores de oferta monetária e a emissão foi feita de forma inconversível e lastreada em títulos públicos
  4. VERDADEIRO: pois a expansão do trabalho assalariado tem um efeito importante na dinamização do mercado interno e no número de transações o que é um dos fatores que alimenta o aumento da demanda por moeda
  5. FALSO: O, pois é justamente no período de Joaquim Murtinho em que são observadas políticas de contração fiscal e monetária, tendo em mente as condições colocadas para a obtenção de negociações internacionais relativas ao pagamento da dívida externa (*funding loan*).

1. **(2013 –** 1) No que se refere à última década do século XIX, é correto afirmar que:
2. O debate acerca da orientação a ser dada à política macroeconômica colocou em campos opostos metalistas e papelistas.
3. Rui Barbosa, primeiro Ministro da Fazenda do regime republicano, expressou fortemente a concepção e orientação metalista na condução da política econômica.
4. A depreciação cambial da moeda brasileira não começou depois da inadimplência argentina que levou à crise do banco Barings, mas foi acentuada por ela.
5. Ao final da década, foi implementado um plano de contenção monetária e fiscal, que, entre outros objetivos, visava a redução do papel-moeda em circulação e a depreciação cambial da moeda brasileira.
6. O acordo estabelecido entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild se constituiu em um plano de refinanciamento do serviço da dívida externa

Resp:

1. VERDADEIRO Este é o debate que perpassa todo o império e a república velha, na primeira década republicana e última década do século XIX a orientação se iniciou papelista especialmente com Rui Barbosa e termina metalista com Murtinho;
2. FALSO, Rui Barbosa era considerado um papelista
3. VERSDADEIRO, os primeiros momentos da desvalorização cambial se deram antes da crise argentina, mas esta provou uma forte aceleração da desvalorização
4. FALSO, a política efetivamente visava a redução do papel moeda em circulação mas não a depreciação cambial mas si a apreciação da nossa moeda e a valorização cambial;
5. VERDADEIRO, o *funding loan* assinado no período previa a suspensão do serviço da dívida por 3 anos e do principal por mais de uma década, os juros incorridos neste período e não pagos se constituíam em nova dívida assim como o principal que foi refundado
6. **(2008 -** 1) O governo Campos Salles, sendo Joaquim Murtinho Ministro da Fazenda, executou uma política econômica negociada com os credores externos, em troca do reescalonamento da dívida externa brasileira (*Funding Loan)*. É correto afirmar que o governo Campos Salles:
7. Desvalorizou a moeda nacional para compensar os exportadores pela queda do preço do café e gerar receitas cambiais para pagamento da dívida externa.
8. Elevou a carga tributária para facilitar o pagamento da dívida pública externa.
9. Apreciou a moeda nacional para reduzir o custo fiscal da dívida pública externa.
10. Expandiu o crédito a investimentos que aumentassem exportações ou substituíssem importações e melhorassem o saldo da balança comercial.
11. Procurou reduzir a inflação mediante crescimento mais lento da oferta monetária, abaixo da taxa de inflação do período anterior.

Resp:

* 1. FALSO: A política de Joaquim Murtinho foi bastante **ortodoxa**, pois houve restrição da oferta de moeda e em termos cambiais houve uma valorização da moeda nacional.
  2. VERDADEIRO: Efetivamente houve elevação de impostos durante a gestão Campos Salles - que fica conhecido como “Campos Selos”, referência ao selo que era uma marca de quitação de impostos.
  3. VERDADEIRO: A valorização cambial (apreciação da moeda nacional) reduz, em moeda nacional, os pagamentos referentes à dívida externa cotada em moeda estrangeira.
  4. FALSO: A política de Murtinho foi, ao contrário do afirmado, de contenção do crédito e redução da liquidez, o que acarretou aumentos de juros e diminuição dos investimentos. Esta diminuição ocorria tanto na agricultura exportadora como nos outros setores produtivos.
  5. FALSO: A política deflacionista de Murtinho foi mais forte do que a afirmada, havendo efetivamente redução do estoque de moeda, e não apenas redução no ritmo de seu crescimento.

1. **(2001 -** 1). Entre os fatores que contribuíram para a apreciação do câmbio (valorização da moeda nacional) no período 1899-1905, devem ser mencionados:
   1. As cláusulas do Empréstimo de Consolidação de 1898 (*Funding Loan*) relativas à suspensão do pagamento de amortizações e juros de uma parte significativa da dívida pública externa;
   2. Um aumento substancial e continuado dos preços do café no comércio internacional;
   3. A redução do papel-moeda em circulação no período 1899-1905;
   4. Crescimento nas receitas de exportação da borracha;
   5. Entradas significativas de capital estrangeiro

Resp:

* 1. VERDADEIRO: pois o acordo de suspensão dos pagamentos relacionados à dívida externa possibilitou alívio no Balanço de Pagamentos e na demanda por moeda externa, apreciando assim a moeda nacional.
  2. FALSO: pois neste período temos uma queda dos preços internacionais do café, que inclusive leva o Brasil ao fim do período a instituir a política de valorização do café
  3. VERDADEIRO: já que o período é marcado por uma política monetária contracionista que tem efeitos de apreciar o valor da moeda nacional.
  4. VERDADEIRO: pois é observado no período um aumento significativo nas exportações de borracha, significando aumento na oferta de moeda externa, depreciando seu valor.
  5. VERDADEIRO: uma vez que depois do acordo relativo à dívida, o aumento das taxas internas de juros e a melhora nas expectativas referentes a política econômica por parte dos investidores externos, fizeram com que os fluxos de capital retornassem ao Brasil, valorizando a moeda nacional.

1. **(2014 – 2)** Em 1898, o Brasil negociou empréstimo de consolidação (funding-loan) com credores externos. Para isso, o país teve que implantar um plano de estabilização e atender às seguintes exigências:
   1. O Governo Federal se responsabilizou pela política de defesa do preço do café no mercado internacional.
   2. Como garantia de pagamento do empréstimo de consolidação, foram hipotecadas receitas da alfândega do Rio de Janeiro.
   3. O governo utilizou a “caixa de conversão” para evitar a sobrevalorização cambial.
   4. O plano de estabilização contou com a incineração de papel-moeda para, segundo o ministro Joaquim Murtinho, fazer perecer “indústrias artificiais”.
   5. O governo contraiu gastos correntes, mas estimulou o investimento público.

Resp:

1. FALSO, o governo federal até 1906 se recusou a assumir a responsabilidade de manter os preços do café no mercado internacional, isto só foi feito depois de 1906
2. VERDADEIRO, este foi parte do acordo para o refinanciamento da dívida externa brasileira em 1898
3. FALSO, a Caixa de Conversão fixando a taxa de cambio só foi usada em 1906
4. VERDADEIRO, Joaquim Murtinho passa a adotar uma forte contenção monetária, chegando a incinerar papel moeda, a consequência desta política foi uma forte recessão com a falecia de várias industrias, estas foram consideradas artificiais por parte do ministro
5. FALSO, no governo Campos Salles foram comprimidos ambos os gastos e ampliadas receitas, o crescimento dos investimentos se dará no governo seguinte de Rodrigues Alves
6. **(2015 –** 1) Sobre a inserção externa da economia brasileira e a política econômica no fim do século XIX e início do século XX, é correto afirmar:
7. O ministro Rui Barbosa pode ser considerado como um adepto das ideias metalistas.
8. Crises cambiais tinham efeitos negativos sobre as finanças públicas, ao aumentarem o custo em moeda local do serviço da dívida pública externa.
9. A adoção de um câmbio fixo em momentos de abundância de recursos externos era contrária aos interesses dos cafeicultores.
10. Segundo Celso Furtado, alguns dos efeitos internos da tendência ao desequilíbrio externo eram sentidos pelas populações urbanas, por meio do custo de bens importados.
11. O ajuste ortodoxo realizado por Joaquim Murtinho contou com apreciação cambial e corte no crédito.

Resp:

1. FALSO, Rui Barbosa é um dos autores papelistas mais importantes
2. VERDADEIRO, normalmente as crises cambiais acabavam implicando em desvalorizações cambiais o que fazia com que o valor em moeda nacional da dívida e dos juros que sobre ela incidiam aumentassem
3. FALSO, quando da abundância de recursos externos se o mercado de cambio flutuasse a tendência era de valorização da taxa de cambio o que não era favorável aos exportadores, neste sentido nestes, momentos a doção do câmbio fixo era preferível
4. VERDADEIRO, para Furtado as crises cambiais implicavam em desvalorização cambial que por sua vez aumentava os custos dos bens importados
5. VERDADEIRO, Joaquim Murtinho adotou uma política ortodoxa de restrição de emissões e diminuição do credito por parte do sistema bancário o que foi acompanho por uma valorização (ou apreciação) cambial
6. (**2007 - 1)** Atribui-se ao Segundo Governo Vargas a intenção de reproduzir as virtudes dos Governos Campos Salles e Rodrigues Alves. A respeito daqueles dois governos, é correto afirmar:
7. entre os objetivos de Joaquim Murtinho, no Governo Campos Salles, figurava a valorização cambial, que levaria à redução da produção de café por meio de um processo de seleção natural entre os produtores;
8. a valorização cambial permitiu a Campos Salles reintroduzir a cobrança de direitos alfandegários em mil-réis, com ganhos expressivos para a arrecadação tributária;
9. em um contexto mais favorável, Rodrigues Alves (1903-1906) pôde aumentar a oferta de moeda e adotar uma política fiscal expansionista, abrindo espaço para taxas de crescimento do PIB mais elevadas;
10. Rodrigues Alves implementou um programa de obras públicas, que incluiu o saneamento e a urbanização da capital federal e a construção de portos e estradas de ferro;
11. a interrupção da política de valorização cambial no período 1903-1906, com a estabilização da taxa de câmbio, não impediu o agravamento da crise do setor cafeeiro, o que acabou levando ao Convênio de Taubaté.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: A política econômica implementada por Joaquim Murtinho pode ser vista como ortodoxa, em função, entre outros, das exigências dos banqueiros ingleses para o estabelecimento do *funding loan* de 1898. Medidas conservadoras foram adotadas tanto em termos da política fiscal (aumento de impostos e diminuição de despesas de custeio e investimento) como em termos da política monetária, através da diminuição do estoque de moeda em circulação, com o consequente impacto sobre o comportamento da taxa de câmbio (valorização). Adicionalmente, a percepção sobre a “seleção natural” dos cafeicultores é correta, como consequência natural do ajuste da taxa de câmbio (vide página 27 de Abreu (1990)).
  2. FALSO: O governo Campos Sales reabilitou a chamada “tarifa-ouro”, através da qual parte das receitas do governo era realizada em divisas, diminuindo os problemas cambiais do governo no pagamento de suas despesas externas ao fortalecer sua posição em termos de reservas.
  3. FALSO: Durante este período, a política econômica do país ainda estava fortemente influenciada pelas restrições do funding loan de 1898, ou seja, sob medidas bastante restritivas especialmente no que tange à política monetária, este fato acabou refreando o crescimento do país apesar de uma situação externa favorável devido ao afluxo de capitais e do comércio de borracha.
  4. VERDADEIRO: O governo Rodrigues Alves, preocupado com o quadro recessivo, implementou um programa de “reerguimento econômico” por meio de uma política fiscal mais agressiva mesmo que nos limites do equilíbrio orçamentário. Aumentaram os investimentos governamentais através de um conjunto de obras públicas no setor de infraestrutura (de saneamento básico urbano à reconstrução de portos).
  5. FALSO: A afirmação erra ao afirmar que dentro do período citado há uma interrupção da valorização cambial, uma vez que de 1899 até 1906 há uma valorização da taxa de câmbio (esta é especialmente forte em 1905). É só a partir de 1906, com a caixa de Conversão, que se estabiliza tal valor.

1. **(1998 - 2)** O sistema monetário do padrão-ouro foi adotado pela maioria dos países industrializados nas últimas décadas do século XIX. No que se refere à sua implantação no Brasil, pode-se afirmar que:
   1. foi introduzido na década de setenta do século passado, quando o valor do mil-réis foi, pela primeira vez, legalmente definido em ouro;
   2. não se adequava a uma economia escravista exportadora de bens de primários pela suscetibilidade dessa economia a grandes e imprevisíveis desequilíbrios em seu balanço de pagamentos;
   3. foi parcialmente adotado no país em 1906, com a criação da Caixa de Conversão que tinha por objetivo, dentre outros, evitar o aumento do valor externo da moeda nacional;
   4. não se poderia esperar o reequilíbrio automático do balanço de pagamentos em uma economia com tão elevado coeficiente de importações como o da brasileira no século XIX;
   5. a Caixa de Conversão foi incapaz de sustentar uma taxa de câmbio relativamente estável desde a sua criação até agosto de 1914, quando foi extinta.

Resp:

1. FALSO, as definições sobre o padrão monetário brasileiro foram estabelecidas deste a década de 30 do século XIX
2. VERDADEIRO, na verdade esta é a opinião de Celso Furtado e outros historiadores econômicos
3. VERDADEIRO, por meio da introdução da Caixa de conversão o PADRÃO Ouro foi adotado no país impedindo valorização e desvalorizações cambiais
4. VERDADEIRO, novamente esta é a opinião de Furtado e outros que vem a possibilidade de reequilíbrios automáticos do Balanço de pagamentos em padrão ouro como extremamente difícil politicamente pois ela implicaria em se provocar profunda recessão no país
5. FALSO, no período o câmbio se manteve estável
6. **(2005 - 1)** Durante a Primeira República, a desvalorização cambial deixou de ser útil como instrumento de defesa da renda cafeeira, sendo substituída pela política de regulação da oferta, em razão da:
7. Inelasticidade-preço da demanda pelo café;
8. Grande depressão de 1929;
9. Estagnação da produção cafeeira;
10. Dependência estrutural de importados;
11. Desorganização das contas públicas.

Resp:

1. VERDADEIRO, o fato da demanda ser inelástica favorecia a intervenção sobre a oferta com vistas a sustentar os preços pois a queda de quantidade vendida quando, os preços se elevavam era pequena fazendo com que o valor das exportações se expandisse
2. FALSO, a grande depressão dificulta a política de controle sobre a oferta obrigando o governo a modifica-la, passando a sacrificar parte desta oferta
3. FALSO, a política de controle da oferta tem por efeito o estimulo da produção
4. VERDADEIRO, o controle sobre a oferta poderia ser um substituto à desvalorização pois esta última era fortemente inflacionária na presença de uma dependência grande dos produtos importados
5. FALSO, a desvalorização cambial também tem efeitos sobre as contas públicas mas a estocagem de café também.
6. (**2001 - 2)** A política de valorização do café definida pelo Convênio de Taubaté em 1906:
   1. Foi uma iniciativa do Governo Federal e não dos cafeicultores;
   2. Foi inicialmente financiada por emissões de papel-moeda dado a dificuldade de obtenção de empréstimos externa;
   3. Incentivou a expansão dos cafezais no Brasil e em outros países produtores de café;
   4. Provocou o fechamento da Caixa de Conversão;
   5. Eliminou do mercado brasileiro os produtores ineficientes.

Resp:

1. FALSO, o governo federal resistiu a esta política e acabou sendo forçado a ela pelos cafeicultores
2. FALSO, a primeira política esporádica de valorização do café só foi posta em ação quando se obteve a certeza do financiamento externo, diferentemente das outras
3. VERDADEIRO, efetivamente apesar dos cuidados em procurar limitar a produção de café e do planto de novos pés este é o problema básico da política
4. FALSO, a caixa de conversão foi criada em conjunto com o plano
5. FALSO, ao sustentar os preços a política acaba fazendo com que produtores ineficientes a um preço inferior fossem preservados
6. **(2006 - 1)** No convênio celebrado em Taubaté, em fevereiro de 1906, definiram-se as bases do que se denominou política de valorização do café. Segundo Celso Furtado, essa política
7. Constituiu uma intervenção governamental no mercado de café para, mediante a compra de excedentes, restabelecer-se o equilíbrio entre oferta e procura.
8. Estabeleceu que o financiamento das compras far-se-ia mediante emissão de papel-moeda, devido às dificuldades de obtenção de empréstimos externos.
9. Estimulou os governos dos estados produtores de café a desencorajar a expansão das plantações.
10. Criou um novo imposto, cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada, para cobrir o serviço dos empréstimos estrangeiros.
11. Foi uma iniciativa do governo federal e não dos cafeicultores.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: A afirmação define, de forma simplificada, o objetivo e a forma com a qual o governo atuou no mercado do produto em questão. Note que a afirmação não contém nenhuma afirmação ou informação específica que possa gerar eventuais questionamentos;
  2. FALSO: O mecanismo de intervenção definido em 1906 no referido convênio foi a utilização de empréstimos externos como forma de comprar o excedente de produção, diferentemente do exposto na assertiva (vide tabela sobre as políticas de defesa do café);
  3. VERDADEIRO: O detalhe da afirmação parece residir na abordagem dos governos dos estados. De fato, o convênio estipulava a proibição da plantação de novos cafezais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, estados cujos presidentes haviam traçado tal plano;
  4. VERDADEIRO Comentários adicionais são desnecessários, uma vez que a assertiva (apenas) apresenta um dos elementos presentes na estratégia de financiamento da intervenção e o seu propósito;
  5. FALSO: De forma contrária ao sugerido na assertiva, o convênio foi uma iniciativa dos estados produtores de café, sendo que durante o período das “defesas esporádicas”, a administração federal do programa seria observada somente no ano seguinte ao Convênio de Taubaté. Em 1924, com a política de defesa permanente, a responsabilidade do programa é transferida ao governo do Estado de São Paulo

1. **(2002 - 1)** O período que vai do começo do século XX até o fim da década de 1930 caracteriza-se por crescente envolvimento de governos, tanto estaduais, como Central, nos mercados do café visando à sustentação dos preços do produto.
   1. Essas intervenções ocorreram em épocas de forte ampliação na oferta, geralmente causada por combinação de condições climáticas favoráveis e início da produção de cafezais novos.
   2. O primeiro programa de sustentação de preços teve início em 1906. Para tal, o Governo Central fixou um preço mínimo para o café e transferiu recursos ao governo de São Paulo, que pode assim retirar do mercado o café excedente.
   3. Os programas de defesa do café, naquele período tiveram por único objetivo atender às demandas das oligarquias cafeeiras, notadamente as de São Paulo, que sempre dominaram a máquina política do Governo Central.
   4. Nas décadas de 1920 e 1930, a defesa do café visava, também, a evitar a queda nas receitas de exportação do País; isso porque a demanda internacional pelo café brasileiro era fortemente elástica ao preço.
   5. Na década de 1930, a elevada inelasticidade preço da demanda do café brasileiro levou o governo a retirar excedentes do mercado com o objetivo de sustentar preços e evitar queda na receita de divisas do País.

Resp:

* 1. VERDADEIRO: É justamente nos momentos propícios à uma maior produção do café (fatores climáticos, entre outros) que é observada uma maior queda no preço do mesmo, sendo portanto momentos em que políticas de restrição da oferta devessem ser colocadas em prática.
  2. FALSO: apesar de inicialmente o governo de São Paulo ter levado adiante a política, esta se concretiza com a intervenção do governo federal obtendo recursos externos para financiar a estocagem, feita pelos próprios comerciantes, no exterior
  3. FALSO: por afirmar que a política atendia unicamente aos interesses dos cafeicultores paulistas. Na realidade, o café era o produto mais relevante na pauta de exportações do país, influenciando de maneira extremamente significativa o comportamento do BP brasileiro, o nível de emprego e toda a renda nacional por meio de efeitos multiplicadores, sendo portanto descabido considerar somente interesses regionais pelo produto.
  4. FALSO: o problema está na afirmação de que a demanda internacional pelo café brasileiro era fortemente elástica ao preço. Pelo contrário, como visto anteriormente, a demanda internacional pelo produto em questão era caracterizada pela inelasticidade-preço da demanda.
  5. VERDADEIRO: Embora a afirmação esteja se referindo à década de 30, a mesma pode ser aplicada, ou seja, considerada verdadeira, à todo o período em que são observadas intervenções no mercado de café

1. **(2000 - 2)** Os anos 1903-1913 constituíram um período de franca prosperidade da economia brasileira. Sobre tal período, é correto afirmar que
   1. a prosperidade deveu-se principalmente ao aumento expressivo e continuado dos preços do café.
   2. houve um significativo influxo de capitais estrangeiros que se dirigiram principalmente à indústria de transformação.
   3. a evolução do câmbio nos anos que antecederam à criação da Caixa de Conversão prejudicou os interesses dos cafeicultores.
   4. o funcionamento da Caixa de Conversão, criada em 1906, vinculava, através da estabilidade monetária, a atividade econômica diretamente ao desempenho do balanço de pagamentos.
   5. a criação da Caixa de Conversão atendeu aos interesses dos cafeicultores na medida em que interferiu no mercado cambial, evitando que as exportações fossem prejudicadas.

Resp:

1. FALSO, o período apresenta baixa nos preços a ponto de obrigar a montagem do primeiro plano de valorização do café
2. FALSO, houve efetivamente um influxo forte de capitais no país mas este apenas em uma parte diminuta se dirigiu a indústria de transformação
3. VERDADEIRO, antes da Caixa de conversão a taxa de cambio apresentava um movimento de valorização contrária aos interesses dos exportadores
4. VERDADEIRO, com a caixa de Conversão a emissão de moeda era conversível e lastreada nas reservas, assim quando o balanço era superavitário a oferta de moeda tendia a se expandir e o inverso se houvesse déficit
5. VERDADEIRO, a caixa evitou que o câmbio se valorizasse
6. **(2012 – 2)** Ao iniciar a Grande Depressão, o presidente do Brasil era Washington Luís. Caracteriza (m) esse período governamental (novembro/1926 –outubro/1930):
7. a intenção do Governo Federal de retornar ao padrão ouro por meio de uma reforma monetária.
8. a decisão do Governo Federal de trazer a si a responsabilidade do programa de defesa do café, até então tarefa dos governos dos estados cafeicultores.
9. a tendência de recessão na economia brasileira já dava sinais no início de 1929, portanto antes da crise da Bolsa de Nova York.
10. a nomeação de Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda, e que sucederia Washington Luís na Presidência da República com a Revolução de 1930.
11. o agravamento da crise econômica e política causada, de um lado, pela política de contenção monetária e, de outro, pelos problemas climáticos que diminuíram a produção de café.

Resp:

1. VERDADEIRO, efetivamente em 1927 se restabelece o padrão ouro por meio da caixa de estabilização
2. FALSO, a defesa do café era atribuição dos estados em especial o instituto de defesa do café de São Paulo, a nacionalização da defesa ocorrerá com Getúlio Vargas na década seguinte
3. VERDADEIRO, os primeiros sinais de crise no Brasil são anteriores à crise de 20, com saída de capitais e problemas no balanço de pagamentos
4. VERDADEIRO, Getúlio foi ministro da fazenda de Washington Luiz
5. FALSO, não houve redução na produção de café no período
6. **(1997 - 1)** Sobre as origens da indústria no Brasil pode-se afirmar que:

(0) As teses de inspiração cepalina enfatizam os períodos que houve maior aumento de capacidade instalada como os de maior importância, no que se refere ao desenvolvimento inicial da indústria brasileira;

(1) A visão crítica da interpretação cepalina põe em relevo o fato de que a Primeira Guerra Mundial propiciou condições especialmente favoráveis para o crescimento da indústria nacional;

(2) Valorizações cambiais - aumento do valor externo do mil-réis – favoreciam a expansão da capacidade de produção da indústria, mas não o crescimento da produção;

(3) Antes de 1930, a política econômica governamental não teve qualquer efeito sobre a evolução da indústria brasileira;

(4) Os governos anteriores a 1930 tinham clara orientação protecionista, ainda que isto não se tivesse sempre traduzido em medidas concretas de política.

Resp:

* 1. FALSO: pois as teses mais próximas de uma visão cepalina, as teses dos choques adversos, viam a questão da industrialização ressaltando mais os dados de aumento de produção do que de capacidade produtiva.
  2. FALSO: pois a visão colocada no item é referente à tese dos choques adversos, e não de seus críticos
  3. VERDADEIRO: o item aponta para o efeito positivo das valorizações cambiais sobre a capacidade produtiva já que quando a valorização acontecia havia um barateamento das importações o que facilitava a ampliação da capacidade produtiva pela aquisição de maquinas e equipamentos importados; porém esta não protegia a produção de seus concorrentes estrangeiros.
  4. FALSO: pois apesar de talvez não ter havido uma política permanente e deliberadamente pró-industrialização, muitas das medidas tomadas acabaram por auxiliar a industrialização, como por exemplo, as tarifas externas elevadas
  5. FALSO: pois a questão das tarifas elevadas não advinha de uma clara orientação protecionista dos governos anteriores a 30, mas do fato que as tarifas eram a principal fonte de arrecadação de então.

1. **(2005 - 2)** Com relação às interpretações sobre a origem da indústria no Brasil, é correto afirmar que:

(0) As interpretações ligadas ao pensamento “cepalino” ressaltam a importância dos ciclos de expansão das exportações para o crescimento industrial.

(1) Uma das críticas ao argumento da chamada “teoria dos choques adversos” destaca o efeito negativo dos programas de valorização do café sobre o crescimento industrial.

(2) A desvalorização do câmbio contribuiu para o crescimento industrial na medida em que permitiu o aumento da capacidade produtiva.

(3) A interpretação associada à ideia de “capitalismo tardio” diferencia-se da visão “cepalina” ao enfatizar o crescimento industrial como resultante da acumulação capitalista no setor exportador.

(4) Sob a ótica da industrialização intencional, o crescimento industrial foi favorecido pela concessão de incentivos e subsídios a determinados setores industriais antes de 1930.

Resp:

1. FALSO, as teses cepalinas enfatizam a tese dos choques adversos portanto o inverso da afirmação
2. VERDADEIRO, as políticas de valorização tendem a favorecer a cafeicultura e atrair investimentos par a ela e portanto diminuir os investimentos no setor industrial
3. FALSO, a desvalorização cambial encarece a importação de maquinas e equipamentos desestimulado os investimentos industriais
4. VERDADEIO, a tese do capitalismo vê a origem do capital industrial justamente no capital cafeeiro
5. VERDADEIRO, a ideia de que a indústria foi intencionalmente promovida pelo governo passa pela defesa de que certos incentivos e subsídios foram concedidos ao setor industrial
6. **(2011 – 2)** A origem da indústria no Brasil foi objeto de intenso debate. Sobre as diversas interpretações e teses que afloraram nessa controvérsia, assinale as afirmações corretas:
7. A política de retenção de estoques de café não surtia efeito no curto prazo, mas era eficiente no longo prazo para reorientar a acumulação de capital para novos setores da economia.
8. O debate permitiu a emergência de estudos que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.
9. Até 1930, a região brasileira onde o trabalho assalariado mais avançou no campo, também foi a região que concentrou mais investimentos industriais.
10. Furtado defende que o governo que assumiu em 1930 representou a vitória dos interesses industriais sobre os agrários, o que explicaria a implementação, a partir desse ano, de um programa governamental conscientemente voltado à substituição de importações.
11. Furtado defendeu que a política de defesa da produção cafeeira se constituiu numa política anticíclica conscientemente planejada e aplicada, o que teria contribuído para acelerar o crescimento industrial brasileiro.

Resp:

* 1. FALSO: Pelo contrário, ao evitar a queda do preço do café no mercado internacional, as políticas de intervenção beneficiavam o setor no curto prazo, mas justamente por garantir a renda do setor, acabavam incentivando novos investimentos na plantação de novos cafezais.
  2. VERDADEIRO: O debate permitiu a emergência de estudos que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.
  3. VERDADEIRO Este é o caso do estado de São Paulo, em que o trabalho assalariado avançou fortemente no campo e que concentrou boa parte dos investimentos industriais.
  4. FALSO: Pelo contrário, Furtado acredita que a política adotada no início do governo Vargas não promoveu intencionalmente a industrialização, ou seja, não foi fruto de medidas planejadas para este fim.
  5. FALSO Vide resposta ao item anterior.

1. **(2013 – 3)** A temática da origem da indústria no Brasil envolveu importante controvérsia entre a tese cepalina e críticos de diversos matizes teóricos nas décadas de 1960 e 1970. Sobre essa controvérsia podemos afirmar que, segundo
2. Prebisch, a passagem à industrialização, nos países que chegaram a atingi-la na América Latina, foi propiciada principalmente por circunstâncias históricas desfavoráveis ao funcionamento do modelo agroexportador.
3. Celso Furtado, somente na década de 1930, sob o impulso da Grande Depressão e com a ascensão de Vargas, pode-se falar de um processo de industrialização substitutivo de importações deliberadamente implantado como projeto de governo.
4. Fishlow, o impulso da Grande Depressão da década de 1930 foi importante, tanto para lograr maior taxa de crescimento, quanto para maior variedade de bens produzidos internamente, mas representou uma substituição tecnologicamente inferior.
5. Versiani e Versiani, não pode ser descartada a proteção tarifária como fator de estímulo à industrialização.
6. Fernando Henrique Cardoso e Faletto, na literatura sobre dependência, apontam como objeção à construção analítica da CEPAL a pouca importância atribuída nos estudos dessa instituição a variáveis sócio-políticas.

Resp:

* 1. VERDADEIRO, de uma forma genérica a visão da Cepal e de Prebisch nota que a industrialização latino americana recebeu maior impulso nos momentos onde a economia agroexportadora destes países passava por crises
  2. FALSO, Furtado não vê como uma industrialização intencional ou deliberada a que ocorrei no início dos anos 30 no Brasil
  3. VERDADEIRO, Fishlow defende a importância da industrialização ocorrida no país para o crescimento da economia nacional, mas ressalta que esta foi limitada e não houve um desenvolvimento tecnológico que pudesse autonomizar esta industrialização
  4. VERDADEIRO, o papel do Estado é ressaltado pelos autores citados e dentre este as políticas tarifarias deliberadamente ou não acabaram por auxiliar o processo de industrialização
  5. VERDADEIRO, os trabalhos de FHC acerca da industrialização destacam justamente a necessidade entender o desenvolvimento das chamadas pré-condições sociais para a industrialização

1. **(2014 – 3)** O processo de industrialização foi objeto de interpretações e intenso debate. Sobre o processo de industrialização e suas interpretações é correto afirmar que:
2. existe consenso entre os economistas de que a industrialização antes de 1930 era movida pelo processo de substituição de importações.
3. segundo Celso Furtado, as políticas de defesa da renda cafeeira acabaram por favorecer a indústria doméstica na década de 1930.
4. há autores que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.
5. existe divergência quanto à tese de que a expansão cafeeira foi fundamental para induzir a concentração industrial em São Paulo.
6. segundo Celso Furtado, a desvalorização cambial era uma política deliberadamente executada para defender a renda cafeeira e estimular a substituição de importações industriais**.**

Resp:

1. FALSO, antes de 30 a industrialização brasileira é objeto de controvérsia existindo inclusive maior concordância de que a industrialização se expande especialmente nos momentos de ascensão da economia cafeeira.
2. VERDADEIRO, segundo Furtado a política de defesa do café adotado por Vargas mantendo minimamente a renda e o emprego da economia cafeeira acaba por manter a demanda na economia brasileira, tal demanda acabou sendo desviada das importações para o mercado interno o que favoreceu a indústria no Brasil
3. VERDADEIRO, para alguns autores como Versianni, Saes e outros não há necessariamente uma coincidência entre momentos de expansão da produção industrial com os de ampliação dos investimentos industriais, mas ao invés disto estes acabam ocorrendo de forma sequencial
4. FALSO, é consensual, que a expansão da cafeicultura em São Paulo acabou trazendo por consequência a concentração do setor industrial com alguma defasagem temporal
5. FALSO, apesar de isto ser possível não há a ideia de intencionalidade ou de atitude deliberada neste sentido.